

# **A CULTURA CASTREXA: Accións e estratexias para o seu aproveitamento socio-cultural**



**castrenor**

Cultura Castrexa no Noroeste Peninsular

## **ACTAS DO SEMINARIO FINAL**

*Mondariz Balneario, 22 e 23 de xuño de 2006*

XUNTA DE GALICIA

# O castro de São Lourenço Vila Chã (Esposende)

*Carlos A. Brochado de Almeida*

## - O mundo dos castros

O I milénio antes de Cristo é o mundo dos castros. Nos séculos que antecederam os Romanos, eles foram os únicos focos de povoamento Do Entre-Douro-e-Minho que se caracteriza por uma peculiar descontinuidade geográfica.

Os castros - designação abrangente que se aplica também a povoados com cronologias e especificidades geográficas distintas e distantes – por razões operacionais encavalitaram-se nas pontos mais proeminentes e estratégicos deste vasto território. Estratégia que sempre esteve intimamente ligada à produção e aquisição de meios de subsistência, da defesa dos respectivos territórios potenciais, dos espaços com recursos mineiros, do controle de passagens terrestres e da navegação fluvial e marítima.

Os povoados castrejos, ao longo de uma história milenar – é comumente aceite o nascimento no alvor do I milénio aC. e o zénite com a dinastia dos Flávios ou seja na fase terminal do séc. I da actual Era – não tiveram um percurso linear e tão pouco uniforme. Cada um teve a sua própria especificidade e um percurso que não teve forçosamente que conciliar-se com os demais, mas num cômputo geral, todos eles produziram valores materiais e mentais que espelham uma vontade de progressão comum. Procurar a sincronia perfeita entre os muitos povoados, identificados e catalogados, da Cultura Castreja, será tarefa hercúlea e de rentabilidade duvidosa, mas não a percepção das diferenças e das analogias que fizeram deste amplo espaço geográfico um peculiar modo de habitar e de evoluir.

No começo do II milénio pós Cristo a cultura material dos castros do Noroeste Peninsular é uma realidade não totalmente descodificada, mas já com muitos segredos revelados. Para isso contribuiu um século de estudos arqueológicos. Os paradigmas de uma estreita colaboração entre os membros das equipas que interagiram em muitos dos castros do Noroeste Peninsular, acabaram por revelarem-se em estações nucleares como são o Monte Mozinho, Sanfins, Bagunte, Terroso, Briteiros, Âncora, Santa Tecla, Coãna, San Cibran de Lás, Baroña, Santa Luzia, Sto Estevão da Facha, Castelo de Faria e naturalmente São Lourenço de Vila Chã.

No reduzido espaço administrativo, que é o actual concelho de Esposende, foram identificados 6 castros, com origens e percursos diferentes, mas que a cultura material presente em cada um deles permite catalogá-los, genericamente, como pertencentes ao universo dos castros do Noroeste Peninsular. Repartem-se por um território que está longe de ser uniforme. O interior é planáltico ou pauta-se por uma sucessão de pequenos relevos entrecruzados por vales de dimensão variável que, na altura, estavam cobertos por densas manchas de floresta à base dos *quercus* ou carvalhos. A orla litoral, marcada pela extensa arribas fóssil, fornecia uma extensa mancha de terras aráveis marcadas por pequenas lagunas marinhas próximas à linha da costa, mas que só foram verdadeiramente aproveitadas nos alvares da Romanização. O panorama então oferecido, eram vales cheios de vegetação cerrada cortada por caminhos de pé posto, em contraponto às encostas e cristas da arribas fóssil e às cumeadas do relevo mais interior que estavam cobertas de vegetação rasteira onde assomava a penedia reluzente. Este era o espaço natural dos pequenos ruminantes – cabras e ovelhas - então um dos esteios mais sólidos da economia dos povos da Idade do Ferro, já que bovinos e equídeos, apesar de presentes, não passavam de uma miragem para a grande maioria dos moradores dos povoados.

Se a uniformidade geográfica nunca foi apanágio desta região, pelo mesmo diapasão alinhou a distribuição dos habitats. A generalidade ficou-se pela orla litoral, postados sobre os relevos mais defensáveis da arribas granítica. Posição geográfica que agradava a quem tinha interesses na orla costeira – moluscos, peixe e sal – e permitia usufruir das potencialidades que o espaço envolvente oferecia, nomeadamente para o aprovisionamento de água e lenhas, materiais para a construção e a cobertura das habitações, pastos para os animais, frutos silvestres, caça, pequenos espaços para agricultar e por fim alguma estratégia de defesa. Por tudo isto, não espanta que a arribas fóssil, entre o Monte Faro de Palmeira e a cercania do Rio Neiva, numa distância de uma dezena de quilómetros, tenha sido palco de uma das mais densas presenças de castros de que temos conhecimento directo. Comparável a este só um outro, no concelho de Ponte de Lima. Num alvéolo que se reparte pelas freguesias de Labruja e de Cepões, numa área de 5 Km, registam-se 4 povoados da Idade do Ferro de idêntica tipologia, chegando-se, mesmo ao ponto de dois deles estarem fisicamente separados somente por um linha de água de diminuta expressão.

O litoral norte do concelho espartilha-se entre o mar e a arribas fóssil, massa granítica ideal para plantar a quase totalidade dos castros concelhios: eivado de castros - S. Lourenço, Nossa Senhora da Paz, Monte Castro/Cova da Bouça e Suvidade de Belinho. Ao Norte contrapõe-se a parte mais meridional do concelho, uma ampla planície sedimentar, orograficamente aplanada, já que a arribas morreu na acrópole granítica do Monte Faro de Palmeira. A escassa diversidade orográfica e as diminutas possibilidades geo-defensivas condicionaram a instalação de populações da Idade do Ferro nestas paragens, para mais agravadas pela humidade de um espaço onde pontificavam vastas áreas lagunares, das quais o melhor exemplo é a quase

extinta Lagoa de Apúlia. Confrontados com a ausência de orografia adequada, os povos da Idade do Ferro fizeram-nos recuar para os relevos mais interiores e meridionais e dos quais são bons exemplos Laúndos, Terroso e Outeiro dos Picutos. Aliás, este é o único que pertence ao actual concelho de Esposende e à freguesia de Fonte Boa. Foi construído no cimo de um pequeno terraço fluvial sobranceiro ao Rio Cávado, na periferia meridional de boas agras e da passagem do rio na Barca do Lago. Este sítio, ao longo de mais de um milénio, foi o palco de uma das mais importantes travessias do Rio Cávado a jusante da cidade de Barcelos. Aqui afluiu a "*via veteris*", a estrada mais litorânea de época romana a norte do Rio Douro, que foi decalcada ao longo da Idade Média por uma estrada real que paralelamente foi uma das mais importantes rotas jacobeanas do Norte de Portugal.

O único povoado castrejo situado no interior do concelho é o castro do Senhor dos Desamparados, localizado num outeiro da freguesia de Palmeira de Faro. Está voltado para o grande alvéolo de Vila Cova, espaço agrícola de eleição, porque foi palco de uma importante *villa* romana e posteriormente do mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho que ocuparam e desbravaram largas parcelas do actual

Vista geral do Castro de San Lourenço



lugar de Banho. Todo o demais espaço, que é grande e que se estende para Norte, até ao Rio Neiva em Forjães, regista ocupações de muitos outros períodos, mas não necessariamente da Idade do Ferro. A única excepção ocorreu em redor da igreja paroquial de Santa Marinha de Forjães, mas os sinais materiais do final da Idade do Ferro, que aqui se registam, não são propriamente de um castro, antes de uma casa agrícola do começo da dispersão habitacional que ocorreu ao longo do séc. I, altura em que certos núcleos familiares individualizados deixaram o aconchego das muralhas e iniciaram a colonização de terras até aí desinteressantes do ponto de vista económico daqueles que faziam da aldeia fortificada, um modelo civilizacional.

Os moradores dos castros escolheram relevos de pequena e média dimensão o mais naturalmente acompanhados de naturais condições de defesa e de instalação. Outros vectores então equacionados eram as condições geomorfológicas que favoreciam actividades económicas para as quais, à partida, estavam mais vocacionados. De vital importância para os habitantes dos castros era a proximidade das linhas de água e de nascentes, as quais, sempre que se pôde, ficaram resguardadas pela malha defensiva. Sítios houve onde o único recurso ao abastecimento de água, foi a abertura de poços no interior do espaço urbano. Bom exemplo do que acabamos de afirmar é o poço cavado na acrópole do castro de Carmona – está presentemente atulhado – uma grande povoação castreja que se reparte administrativamente entre as freguesias de Balugães (Barcelos) e Carvoeiro (Viana do Castelo).

De modo algum foram descurados os campos agrícolas postados na periferia dos castros, palco de arroteamentos normalmente efectuados pelas mulheres, já que os homens estavam mais empenhados em caminhar com os rebanhos e, nas palavras de Estrabão, inclinados *“em medrar com o bandoleirismo, em lutas contínuas mantidas mesmo entre eles”*. Esta leitura poderá ser considerada tendenciosa, sabido que estes povos, nomeadamente lusitanos e galaicos, tomaram uma posição ferozmente aguerrida, face à política expansionista e integracionista romana.

Os muitos castros que ocuparam a extensa arriba fóssil, que se prolonga até à foz do Rio Minho, além das preocupações económicas que eram comuns aos demais povoados, tinham um interesse muito específico nos recursos económicos da orla costeira. Se havia interesse directo na pesca e na recolha de moluscos e bivaldes, a determinada altura ou seja nos alvores da 2ª Idade do Ferro, a exploração e comercialização do sal tornou-se numa realidade de grande alcance económico.

Estudos recentes provam que o sal era produzido em pequenas “gamelas”, fixas ou amovíveis, expressamente “cavadas” nos afloramentos graníticos e xistosos que compõem uma boa parte da geologia da orla marítima a norte do Rio Ave. Foi esta, pode dizer-se, uma das mais marcantes actividades dos castros da orla costeira nortenha, bem documentada no castro de S. Lourenço e ao longo do cordão dunar de Esposende onde, ciclicamente, na época das grandes invernias, as arremetidas do mar vão pondo a descoberto uma boa porção de placas de xisto, algumas quais estão cavadas em forma de “gamela”. Muitas delas, perdida a sua primitiva função,

foram incorporadas nos muros que definiam e delimitavam os “talhos salineiros” que, na Idade Média, foram erguidos na foz dos vários regos e regatos que directamente iam desaguar ao mar. Outras, no câmbio da Era, foram levadas para São Lourenço onde foram usadas no topo das paredes das casas - espécie de cornija – como protecção contra a infiltração da chuva.

À excepção da grande povoação, que foi o castro de S. Lourenço, todas as demais aldeias castrejas deste concelho são de escassa dimensão e importância. Hierarquicamente era este povoado que, conjuntamente com o vizinho Castelo de Neiva, dominava o panorama socio-político, pois que, entre si, repartiam as áreas de influência e os territórios que efectivamente controlavam, como povoados centrais que certamente o foram na fase terminal da Cultura Castreja. No território de influência do castro de S. Lourenço estavam os pequenos povoados de Nossa Senhora da Paz, da Cova da Bouça e provavelmente o do Senhor dos Desamparados. Dependente do castro de Castelo de Neiva estava a Suvidade de Belinho, pequena povoação sobranceira à Quinta que foi do poeta António Correia de Oliveira e que ele tentou trazer para a ribalta do conhecimento científico quando promoveu uma série de sondagens de cariz arqueológico na acrópole.

Como era então norma os castros, todos eles, foram construídos em locais facilmente defensáveis e em consonância com a estratégia de desenvolvimento que pretendiam incrementar na região em que se inseriam. Para melhor uma melhor protecção e para melhor simbolizarem a sua condição de habitat estruturado em aldeia de povoamento concentrado, cavaram fossos e ergueram muralhas com terra e pedra, tantas quanto a necessidade defensiva e o prestígio obrigava.

Uma aldeia castreja desprovida de circuitos defensivos, era então algo de impenável. O mesmo se dirá das cidades romanas onde a muralha definia o espaço urbano dos vivos e posteriormente dos burgos da Baixa Idade Média. Estruturalmente são aldeamentos de reduzida dimensão, que albergavam poucas dezenas de habitações, mais unidades de apoio, tais como currais e celeiros. Inicialmente foram construídas com materiais não pétreos, à base de troncos de árvore e de arbustos. A pedra só apareceu na segunda metade do I milénio antes de Cristo (2ª Idade do Ferro) como componente fundamental na construções de casas e muralhas, quando os pedreiros castrejos tiveram à sua disposição instrumentos mais resistentes e duráveis, fabricados em ferro. Por altura é a redondez das formas das casas que predomina, independentemente da sua utilização. As casas com formas diferentes – oblongas, rectangulares e quadradas – são mais tardias. As oblongas, dos primórdios da Romanização. As restantes, até pela especificidade da sua construção que obriga a certos conhecimentos tecnológicos, pertencem já ao universo romano. Estas e outras novidades acompanharam o ritmo da conquista, sendo os seus principais mentores os soldados e os membros da administração romana que gradualmente foram implantado no terreno os marcos fundamentais da originalidade romana.

## O nascimento e morte de uma aldeia fortificada

O castro de S. Lourenço, a maior povoação castreja do concelho de Esposende, foi construído num dos muitos esporões rochosos da arriba fóssil. O ponto onde se encontra é um dos mais defensivos de toda a arriba, com vertentes escarpadas e pedregosas voltadas a Sul e ao mar e uma coroa formada por uma imponente massa granítica, que foi no início da nacionalidade portuguesa desbastada e adaptada a reduto fortificado no centro do qual foi construída uma capela dedicada ao mártir S. Lourenço. Se outros valores patrimoniais não convidassem o visitante a subir a íngreme ladeira, bastaria a esplendorosa vista que se alcança sobre o Cávado, em fim de travessia e sobre o oceano de insondáveis horizontes, para que se sentisse recompensado com a magnífica lição de geografia humana que é a ocupação da orla costeira do concelho de Esposende.

Como tantos outros castros do velho Entre-Douro-e-Minho, também este de São Lourenço tem as suas raízes no Bronze Final, ou seja entre os últimos séculos do II milénio e os alvares do I milénio a.C. Desta fase inicial da ocupação do monte pouco mais sabemos que haver um machado de bronze e de, nas nossas escavações, termos encontrado alguns fragmentos de vasos cerâmicos datáveis daquele altura. São, no entanto, elementos escassos e incapazes de definir a dimensão da aldeia de então, como se distribuía, como eram construídas, que materiais foram utilizados e se as naturais condições de defesa que o monte, por si mesmo, oferecia eram ou não complementadas com muralhas e fossos, como aliás viria a acontecer com a povoação da Idade do Ferro.

Por elementos já recolhidos nas escavações arqueológicas mais recentes, a aldeia castreja terá nascido entre o séc. VII e o VI a.C., mas tal como acontece com a fase anterior, também desta não possuímos mais informações que escassos fragmentos cerâmicos dos vasos que foram usados no dia a dia das populações de então. Difícil de caracterizar é também o período que medeia entre o séc. V e o IV a.C. Este está documentado através de um fragmento de cratera ática decorada com figuras vermelhas e que terá chegado até aqui através de trocas comerciais realizadas entre comerciantes púnicos e os moradores do castro. Datam desta altura as primeiras casas redondas construídas em pedra documentadas no sector T e o sistema defensivo que irá caracterizar o povoado no período seguinte.

O espaço temporal que melhor conhecemos desta aldeia é aquele que se situa entre o séc. II a.C. e o I d.C.

Foi algures pelo séc. II a.C. que foram construídas uma série de casas redondas, cobertas com palha e outros elementos vegetais que, nos alvares da Era actual, haveriam de ser destruídas por um grande incêndio, facto que haveria de conduzir a uma grande remodelação em toda a aldeia com a construção de novas casas, dispostas em patamares sabiamente arquitectados, sustentados por poderosos muros de suporte, nos sítios onde o terreno se apresentava mais acentuado declive.

Foi também por esta altura que foram introduzidos acrescentos à tradicional área coberta das casas com o apensar dos vestíbulos ou “caranguejos” – assim designados por lembrarem as tenazes destes crustáceos – e espaços empedrados, verdadeiros circuitos de circulação que pretendiam ordenar a anárquica distribuição dos antigos modelos habitacionais, numa disposição mais organizada e de acordo com os princípios da ortogonalidade do urbanismo mediterrânico. Daquela altura é a distribuição das casas por núcleos familiares, organizados em redor de um pequeno espaço lajeado e delimitado por muros que poderão, nas zonas em declive, funcionar também como muros de suporte. Será entre o séc. I a.C. e os alvares da Era actual que se consolidou o sistema defensivo, composto por três ordens de muralhas e fossos a reforçar o quadrante nor-noroeste e um torreão de vigilância, num cabeço voltado a poente do povoado e do qual se alcançava uma visualização mais profícua sobre a raiz do monte.

O espaço temporal que medeia entre o séc. I a.C. e o que se lhe seguiu, pode definir-se como o momento alto da vida deste castro. Comprovam-no as casas cujas paredes foram rebocadas e caiadas, interior e mesmo exteriormente e os primeiros fornos de cozer pão e as lareiras colocadas ao centro da habitação com o tradicional dispositivo para pendurar panelas ao lume. São desta altura as casas que ostentam motivos decorativos gravados na pedra – espirais, suásticas, cordiformes, etc. – e mesmo pequenas aberturas, a que poderemos, com segurança, chamara de postigos. É por aquela altura que aparecem no povoado as cerâmicas de origem romana, mais claras e vistosas que as indígenas, a moeda em prata e bronze, os objectos em vidro e adornos em ouro e bronze, até aí fora do alcance das mulheres castrejas.

A vida neste e noutros povoados castrejos perdeu o fulgor com a chegada da dinastia Flávia aos comandos do Império Romano. O final do séc. I é, por assim dizer, tempo de contradições no antigo território dos Brácaros. Valorizou-se a vida urbana imaginada e vivida à maneira mediterrânica – *Bracara Augusta*, *Aquae Flaviae*, *Tongobriga*, *Iria Flavia*, *Lucus Augusti*, *Aeminium*, *Conímbriga*, etc. – mas desvalorizou-se o modelo vivencial dos castros por não obedecer ao conceito urbano tal e qual o entendiam os romanos. Os que não se adaptaram às novas realidades, transformando-se, por exemplo, em *vici* – o *Vicus Spacorum* não é mais que o anterior castro de Vigo – aceleraram um processo de abandono, porque os moradores desceram para junto das terras que agricultavam ou engrossaram o número daqueles que procuraram nos antigos e novos centros urbanos um outro tipo de vida.

A desertificação dos castros não foi, obviamente, um processo orquestrado e executado em unísono. Cada castro teve o seu momento próprio de ruptura com o tradicional. Castros houve em que o abandono foi lento e progressivo, outros mais acelerado. Castros houve em que, pelos flávios, a vida interna já seria residual, outros em que os resistentes, ainda em razoável número, terão aguentado até ao baixo Império.

Tudo indica que o velho castro de S. Lourenço se adaptou às novas realidades impostas pela administração romana e que, após o séc. I d.C. se foi adaptando a

*vicus*, isto é, uma estrutura com carácter urbano, com funções de mercado e mesmo de pequena administração, sem esquecer, contudo, a sua função prestadora de serviços a todos aqueles que aí viviam e ainda aos que haviam optado pelo abandono do castro para se instalarem, já dispersamente, na mancha agrícola que rodeia o castro. O seu abandono, total e efectivo, só ocorreu na parte final da ocupação romana, senão mesmo já no início da Alta Idade Média (séc. V) quando a população residente optou definitivamente pela dispersão habitacional, dando assim origem às manchas de um povoamento que, de um certo modo, está na génese das futuras paróquias, as *villa-eclésias* formadas e estruturadas com a Reconquista Cristã.

## As Casas

As primitivas casas do castro de S. Lourenço foram construídas com madeira e arbustos. Só mais tarde, aí pelo séc. V-IV aC é que a pedra foi usada como matéria-prima na estruturação das paredes das diversas construções que compunham a aldeia. Até ao advento da Romanização (séc. I a.C.) as casas distribuíam-se no interior da área urbana, sem critérios definidos, à revelia de qualquer alinhamento ortogonal, que não existia, estando os espaços de circulação estabelecidos de acordo com as necessidades mais prementes de cada morador.

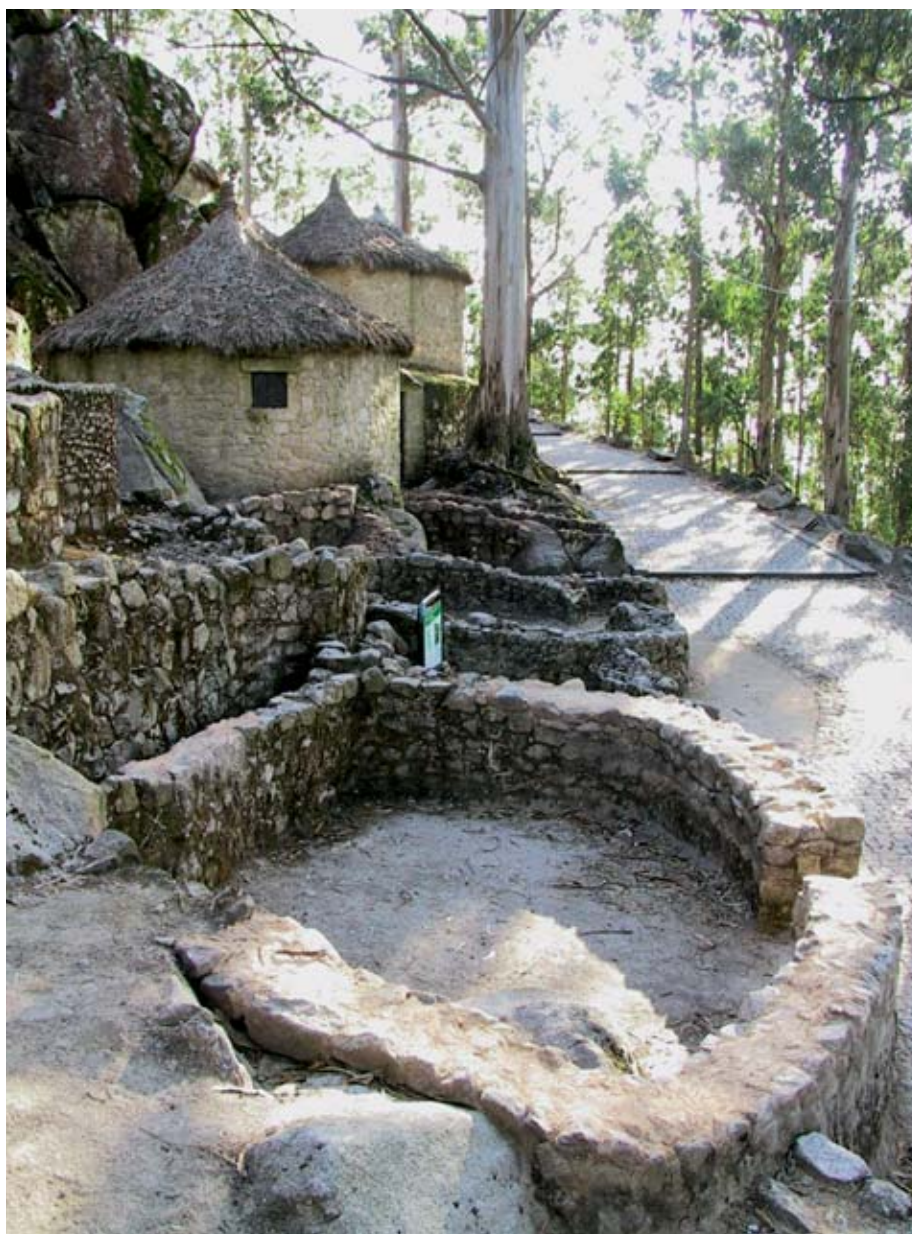
As ruas, só para circulação de pessoas e de animais de pequeno porte e os espaços de circulação empedrados com canais para escoamento das águas pluviais, só apareceram no câmbio da Era, na mesma altura em que as casas de habitação passaram a ser ordenadas em função de núcleos familiares individualizados. Estes, comportando três ou mais estruturas cobertas, estão bem definidos por muros de separação que, por vezes, também são de contenção e apresentam certas particularidades arquitectónicas que permitem atribuir-lhes uma função bem específica no interior de cada agrupamento familiar. A entrada para cada núcleo familiar fazia-se a partir dos arruamentos, dificilmente rectilíneos, devido aos condicionalismos topográficos e à anterior existência de estruturas que não puderam ser desmanteladas na altura em que o castro foi sujeito à grande remodelação. O ponto central de cada núcleo era o espaço lajeado para o qual se abriam as portas das diversas construções, fossem elas casas de habitação, arrumos, currais ou celeiros. O lajeado facilitava a circulação, dificultava a infiltração de água nos alicerces das casas e permitia que funcionasse como eira na secagem de frutos e cereais.

Cada núcleo familiar possuía uma ou duas unidades circulares, com ou sem átrio, vestíbulo ou "caranguejo", onde se realizavam importantes actividades domésticas, designadamente as que estavam relacionadas com a comida e a dormida. O celeiro tem normalmente planta alongada e pode dizer-se que era a estrutura mais importante do núcleo familiar. De dimensões bastante mais avantajadas que as casas circulares, permitia armazenar os bens comestíveis da família, guardar as alfaias e os apetrechos agrícolas e desenvolver certas actividades como a moagem

e actividades artesanais. Do seu bom funcionamento dependia o bem-estar da família ou seja o armazenamento de uma parte do seu sustento diário. São facilmente reconhecíveis entre as ruínas das diversas estruturas em pedra, não só pela forma e dimensão da sua área coberta, mas porque estruturalmente são construções cuja porta era, em certas circunstâncias, mais alta que as casas de habitação, sendo por isso mesmo necessário o auxílio de uma escada de pedra ou de madeira para atingir-se o interior.

A composição de um núcleo familiar podia englobar ainda certos anexos destinados a currais e cortes para animais de pequeno porte, como os porcos e os ovica-

Detalhe do Castro de San Lourenço



pinos e os galinheiros. A presença de cabras ou ovelhas está atestada nas prisões de gado que apareceram com certa abundância na série de escavações já realizadas, muitas delas tombadas no exterior dos muros das casa e no interior dos muros de divisão dos núcleos. Para os ângulos mortos foi, quando apareceu, uma estrutura tão necessária como o forno de cozer o pão, que também podia estar instalado num dos lados do átrio ou “caranguejo”. Em Santa Tegra (A Guarda) e no castro de Oliveira (Barcelos) há exemplos semelhantes.

A forma mais comum das habitações dos castros é a redondez, mas também as há sub-circulares, mais por força do aproveitamento de partes de uma habitação anterior que, propriamente, por inépcia dos construtores ou moda em vigor. A forma circular ou redonda perdurou ao longo de toda a existência da Cultura Castreja, tendo inclusivé, sobrevivido à introdução do modelo quadrado/rectangular que se afirmou com os romanos. Vulgares foram também as casas de forma oblonga ou alongada, mas somente nos últimos dois séculos da Cultura Castreja. Neste castro fizeram a sua aparição durante o séc. I a.C. e tiveram uma função bastante restritiva, já que somente foram utilizadas como celeiro/armazém dos núcleos familiares.

A forma habitacional mais recente do castro de S. Lourenço é a rectangular e está implicitamente ligada à influência que Roma exerceu na vida destes povos. Foram, tanto quanto o permite o conhecimento que temos da área já escavada no sector T, edifícios de cariz civil aparentemente relacionados com actividades artesanais e administrativas. Uma destas estruturas estava ligada ao trabalho da forja, uma outra, ainda sem confirmação absoluta, parece estar ligada ao fabrico e à venda de *tegula*. Em suma, uma conclusão definitiva sobre o papel desempenhado pelo Castro de S. Lourenço durante a administração romana, ainda está longe de uma avaliação.

Excluindo as casas construídas com materiais perecíveis, todas as demais foram erguidas com recurso à pedra e ao barro. Inicialmente foi usada pedra de pequeno formato, sem outra preparação que não fosse o seu fraccionamento obtido através de impacto natural ou provocado. Com a proliferação dos instrumentos de ferro, algo que somente ocorreu na segunda metade do séc. II a.C., a pedra passou a ser talhada, sumariamente preparada e picada de modo a que a construção tivesse mais consistência e qualidade estética, aliás patente, por exemplo, na disposição reticulada das pedras a que normalmente se dá o nome de “aparelho poligonal”. Mesmo com a pedra melhor facetada a parede das construções castrejas foi sempre de dupla face, desconhecendo-se também, nos ângulos das estruturas rectangulares, as pedras de travamento. Essa era, aliás, uma das razões que tornavam as construções vulneráveis após sucessivas infiltrações de água, tanto mais que o barro usado na ligação das pedras, apesar de boa qualidade, era incapaz de sustentar, por si só, o desmoronamento de uma construção que desconhecia o processo de travamento e insistia na utilização de pedra de pequena dimensão, sobretudo na face interior. Por tal motivo começou a ser vulgar, em São Lourenço, proteger-se a parte superior da parede com uma beirada feita com placas de xisto e talvez de *tegula*, sobre a qual se apoiavam os barrotes da cobertura do telhado.

Até à grande remodelação, ocorrida no câmbio da Era, as casas do castro estavam desprovidas de reboco e pintura exterior e interior. Com esta inovação as casas ganharam em impermeabilização e em colorido, fugindo-se à soturnidade do interior das casas enegrecidas pelo fumo das lareiras. O reboco do interior das casas de habitação passou a vulgarizar-se a partir dessa altura, tal como a sua pintura. Cores como o vermelho, o amarelo e o branco sujo passaram a colorir o interior das casas circulares até à altura do rodapé, que nos casos conhecidos, apresentava uma tonalidade próxima do cinzento e do verde musgo.

A generalizada ideia que as construções castrejas tinham paredes não rebocadas, ou seja, com a pedra à mostra, mas com os interstícios colmatados, deixou de ser profissão de fé a partir do momento que aqui se descobriram casas com sinais de reboco exterior. Aliás, algo de semelhante também já podemos documentar no vizinho castro do Senhor dos Desamparados em Palmeira de Faro. As dúvidas que subsistem prendem-se somente com o facto de não sabermos ainda se, para além de rebocada, a parede exterior também era caiada.

As casas castrejas, independentemente da sua forma, sempre estiveram providas de um "soalho" feito à base de barro muito bem calcado e pisado. Era nele – ao centro ou num dos cantos da habitação – que estava a lareira e sobre o fogo se cozinhavam os alimentos. Casos há em que a parte do piso de habitação, destinada à lareira, tinha pedras cravadas no chão para apoio da cremalheira que sustentava as panelas com asas interiores e depois as de asa em orelha. Nos casos mais antigos há lareiras mais fundas que o pavimento ou delimitadas por pedras. Não raras vezes e porque o local onde arde o fogo do lar tem uma enorme carga simbólica, o chão de barro foi cuidadosamente preparado e decorado com motivos típicos da arte castreja.

Há casas circulares que têm no interior bancos acoplados e em redor dos muros. Em toda a área já escavada do castro de São Lourenço somente documentamos dois casos: um no sector C e outro no T. Não sendo um modelo vulgarizado, porque somente ocorre em determinados pontos do povoado, não deixa de ter suporte histórico na medida que Estrabão a ele se reporta do seguinte modo: "*comem sentados em bancos construídos em redor dos muros, ocupando os lugares segundo a idade e a dignidade, fazendo circular a comida de mão em mão*" (III, 3, 7). A conclusão a retirar desta passagem, reforçada pela arqueologia, é que tal costume, não sendo um hábito do dia a dia, cai no âmbito das manifestações especiais, tais como festividades, ritos de passagem e conselho supra-familiar.

A cobertura das casas do castro variou de acordo com a época e o modelo arquitectónico. As casas circulares tinham telhados cónicos sustentados, por vezes, por um poste central. As habitações rectangulares tinham telhados em duas águas e as oblongas ele acompanharia a forma do edifício. Casos há em que a localização e a forma da construção obrigou a soluções diferentes – telhado de uma só água, como é o caso de uma das habitações que foi reconstruída no acesso à capela de S. Lourenço.

Os materiais utilizados na cobertura variaram consoante o modelo arquitectónico e mesmo com o tempo. As casas de telhado cónico foram sempre cobertas com elementos vegetais, tais como a palha e possivelmente as giestas, sendo reforçada, ao nível dos beirais, com placas de xisto com as quais se procurava impedir a infiltração da água da chuva nas paredes, situação que provocava a derrocada de paredes já de si tecnicamente vulneráveis por falta de travamento. A introdução das casas quadradas e rectangulares permitiu substituir as coberturas vegetais por *tégula* e *ímbrex* nos telhados de duas ou mais águas, seguindo, assim, de muito perto, os modelos romanos.

Todas as habitações do castro, por maiores que fossem, tinham somente uma porta e algumas delas, pelo menos nas circulares, havia ainda uma janela ou postigo. Nas casas dos núcleos familiares a porta foi sempre orientada para o pátio comum, situando-se o postigo, provavelmente, no lado oposto da porta a fim de aumentar a visibilidade e a circulação do ar necessária quando as condições climatéricas dificultavam a saída do fumo da lareira. Elemento a reter será o facto da orientação das portas nos vários sectores do castro se processar de acordo com o normal regime dos ventos, situação que coloca as casas junto à acrópole com as entradas voltadas a Nascente, de costas voltadas ao mar, fugindo assim à acção violenta das nortadas e em dias de temporal dos ventos que sopram de Sudoeste.

Muitas das casas, para não dizer todas, tinham pedras cravadas nas paredes, por norma bem salientes. As do interior são designadas por cabides e a sua função seria a de suportar prateleiras e de suspender coisas, como por exemplo vestuário e utensílios diversos. As do exterior tinham uma outra função e até tipologia. O modelo mais difundido é em cotovelo, mas também as há em haste rectilínea com remate circular perfurado no centro. Serviam, ao que tudo indica para prender os animais. Conhecem-se algumas destas, decoradas na extremidade circular com um motivo muito em voga na arte castreja: o cordiforme.

É amplamente sabido da bibliografia arqueológica que as casas podiam incorporar elementos decorativos ao nível das portas e das paredes exteriores. Em São Lourenço somente conhecemos a espiral, mas a decoração cordiforme está presente nas padieiras dos postigos e não sabemos se algum dia aparecerão motivos mais monumentais como aqueles que decoravam as ombreiras e vergas de algumas casas da Cidade de Âncora.

## A economia

À imagem dos demais povos castrejos também os habitantes do castro de S. Lourenço viviam da recollecção de frutos silvestres, do pastoreio e de uma agricultura que, naquela altura, já havia assumido um lugar central no contexto de algumas comunidades proto-históricas. Entre os frutos silvestres avultavam as bolotas

de sobreiro e talvez as de carvalho (*quercus*) que com frequência aparecem em estado normal ou carbonizadas, sobre o piso das habitações, mormente próximo das lareiras ou no interior dos edifícios destinados a celeiros. As bolotas que, segundo Estrabão, faziam parte da alimentação normal dos povos castrejos – *em três quartas partes do ano os montanheses não se nutrem senão de bolotas que secas e trituradas se moem para fazer pão* (III, 3, 7) – eram ainda mais usadas na alimentação dos porcos, uma das espécies da pecuária que mais peso tinha na dieta e na economia dos povos castrejos.

Importância capital tinham também os ovinos e os caprinos, sobretudo estes, que na opinião de Estrabão haviam desempenhado papel fundamental na actividade doméstica e nas oferendas destinadas ao deus da guerra **Mars Cosus**: *“A Ares sacrificam cabras e também cativos e cavalos”* (III, 3, 7). Apesar de omissos nas fontes literárias sabemos que os bovinos e os pequenos cavalos galegos, os *tiel-dones*, faziam parte da geografia animal dos povos castrejos, tanto na alimentação como no trabalho. Os bovinos eram usados na tracção de veículos – o célebre carro votivo de Vilela comprova o seu uso - e, provavelmente, no arroteamento dos campos. Os cavalos, de pequena estatura, eram bons para cavalgar, para a caça e para a guerra, face à sua rapidez e resistência.

Os porcos, os animais de pastoreio e os de tiro, pastavam e comiam frutos nas imediações das muralhas do castro, vivendo a meios com os homens no interior do castro, em espaços reservados, em áreas não residenciais e mesmo nos núcleos familiares, a fazer fé nas prisões de gado, em cotovelo ou perfuradas, decoradas ou somente afeiçoadas, que se encontram misturadas junto com a derrocada das paredes das casas e dos muros de divisão e suporte.

A agricultura é atestada no castro pela presença de muitas mós rotativas e por “pios de piar os milhos” utilizáveis na farinação de gramíneas e do milho miúdo e painço. Para além dos cereais, cultivados nos campos situados junto das muralhas – sobretudo a Norte a Nascente e mais longe, na parte alta da plataforma costeira, onde hoje se encontram os lugares de Pinhote, Outeiro e Góios da freguesia de Marinhas – comiam ainda favas e ervilhas. O linho seria planta cultivável em terrenos onde a água abundasse, junto dos pequenos cursos de água que cruzam o planalto de Vila Chã e a orla costeira.

A produção de vinho, nesta altura, em redor do castro seria inexistente. O seu cultivo, até pela proximidade do mar, será bastante posterior. A sua falta foi colmatada com a importação da bacia mediterrânica, em recipientes próprios, as ânforas e pelo uso de *zythos*, uma bebida fermentada, aparentada à cerveja e que seria obtida da cevada ou de qualquer outro cereal. Aliás, se dúvidas houvesse, bastaria ler atentamente o já citado Estrabão par nos inteiráramos da realidade que então aqui se vivia: *“bebem zythos e o vinho, que escasseia, quando o obtêm consomem-no de seguida nas grandes festas familiares* (III, 3, 7)“.

A actividade agrícola, na opinião de Justino, era exercida pelas mulheres que utilizavam instrumentos agrícolas em ferro muito próximos dos actuais. Comprova-o a enxada, relativamente bem conservada, encontrada no castro de S. Lourenço – há congéneres na “Cidade Velha de Santa Luzia” - bem como os sachos, os machados e as forquilhas que têm sido recolhido em outros povoados castrejos.

O sal era elemento importante na economia dos castros localizados ao longo da orla costeira. Era produto fulcral na confecção e conservação de certos alimento – nomeadamente a carne de porco, sendo produzido em “gamelas” fixas, cavadas nos rochedos da praia e em pequenas placas de xisto, estas facilmente mudáveis de sítio consoante a força e a extensão de praia inundável pela subida das marés. O sal assim produzido e cujas reais quantidades desconhecemos, era, parcialmente, consumido pelas populações ribeirinhas entrando o restante no normal circuito de trocas através das vias fluviais e dos caminhos terrestres que faziam a ligação entre a costa e o interior.

### Actividades artesanais

Numa sociedade que estava organizada segundo o sistema gentílico, ou seja, baseada nos laços de sangue, com um determinado espírito de hierarquização, é óbvio que havia um certo número de profissões, algumas de real importância no quadro comunitário.

Profissão que atingiu um elevado grau de especialização foi a de pedreiro, sobretudo no trabalho de cantaria bem patente nas muitas pedras, bem desbastadas, aparelhadas e picadas, que incorporavam as paredes das casas mais cuidadas do castro.

O trabalho insano que foi erguer muralhas, habitações, muros de sustentação e suporte, edifícios públicos, enquadramento de ruas e espaços comunitários, exigiu o corte, o transporte, a arte e o saber de um grande número de operários especializados, neste caso no trabalho da pedra. Todo este saber e intuição ficariam muito aquém dos resultados alcançados se não tivesse havido o apoio da metalurgia, sobretudo dos tão conhecidos “ferreiros” que, em bronze e em ferro, fabricaram uma vasta gama de instrumentos. São eles os picos, os martelos, os instrumentos agrícolas, os utensílios para cortar e trabalhar madeira e um vasto conjunto de armas - punhais, espadas, pontas de lança, pontas de seta, capacetes e peças que decoravam escudos - e objectos culturais e de adorno com destaque para as fíbulas que sobressaíam, exteriormente, no vestuário. Ferreiros na verdadeira acepção da palavra e oficinas de metalurgia que fabricavam em bronze houve-as em S. Lourenço consoante o comprovam os fragmentos de cadinhos e sobretudo as muitas escórias e pequenos fragmentos de bronze encontrados no Sector T deste castro. Tais descobertas permitem ajuizar que alguns objectos

de adorno aqui seriam fabricados, por exemplo as fíbulas que têm vindo a aparecer em bom número e porque não elementos de *sítula*, pois no vizinho castro de Castelo de Neiva apareceu parte de um molde de asa decorada de peça com aquela designação.

Profissões não documentadas, mas que por aqui naturalmente existiram, foram as de gameleiro, de cesteiro e de tamanqueiro. Estes artesãos fabricavam em madeira de amieiro e choupo, gamelas de variadas dimensões – está na origem da escudela medieval - ou seja recipientes que se destinavam a conter o mais variado de tipo de coisas. A única ressalva que não podiam ser usados sobre o fogo. A sua não presença no registo arqueológico deve-se ao facto de ser matéria-prima facilmente degradável, mas a sua existência pode ser confirmada por duas vias: documental e etnográfica. A vida documental mais uma vez colhe-se em Estrabão: “*usam vasos lavrados em madeira, como os keltoi*” (III, 3, 7) a via etnográfica esteve patente em Vila Chã, Forjães e Palme através de uma série de famílias que fabricavam destas recipientes ainda no século passado.

O fabrico de cestos, com fitas de madeira macia ou em vime, foi actividade fortemente enraizada na freguesia de Vila Chã até há poucos anos atrás. Eram várias as famílias de cesteiros que aqui moravam e que só abandonaram a profissão quando a actividade artesanal colapsou em meados do séc. XX.

O texto estraboniano nada diz acerca do que calçavam os homens e mulheres indígenas desta região, mas a estatuária faz alguma luz sobre o equipamento dos guerreiros. As estátuas galaicas do câmbio da Era mostram-nos em posição hierática frontal, calçados com botas de meio cano que sobem quase até aos joelhos. Não sabemos se eram fabricadas em couro ou somente em linho reforçado, tal como as couraças. De qualquer modo não seria o calçado usual, se é que o usavam no dia a dia. O mais curial é que usassem tamancos ou algo de parecido, feitos em madeira macia, tanto mais que nesta região há a velhíssima tradição do fabrico de socos ou tamancos e, numa versão mais evoluída, as célebres chancas que ganharam notoriedade, sobretudo quando vinham da região limiana: as chancas de Ponte.

Sendo estes produtos também feitos em matéria-prima perecível, é óbvio que também não aparecem no registo arqueológico.

O fabrico da cerâmica foi como um dos campos profissionais que mais marcas deixou neste e noutros povoados. Apesar de não termos encontrado olarias e “fornos” de cozer cerâmica, no perímetro do castro, mesmo as ditas soengas indígenas, não temos grandes dúvidas que por estas bandas se fabricou cerâmica utilitária. Fabricaram os vasos mais antigos, os manuais e depois os produzidos com o apoio da roda de oleiro. Importaram a cerâmica comum romana, mas devem ter produzido muita da *tegula* e *imbrex* que se usou na cobertura das construções romanas.

As mais antigas cerâmicas do Castro de S. Lourenço são pequenos fragmentos que não permitem aferir a forma, mas que são atribuíveis ao início do I milénio a.C. Eram vasos de paredes espessas, fabrico grosseiro, com muita areia a servir de desgordurante e, naturalmente, de fabrico manual. Fabricados manualmente continuaram a ser feitos os mais antigos vasos castrejos, com pastas de coloração beije, castanha e rosada e elevados teores de mica e areia que davam consistência a uma pasta cuja cozedura oxidante ou redutora atingia temperaturas não muito elevadas. Usados como vasos de armazenamento de líquidos e cereais e sobretudo na cozinha, ostentam, não raramente, uma intensa decoração onde sobressaem os SSS, círculos concêntricos, triângulos e besantes.

A introdução da roda de oleiro, que se divulgou muito a partir da segunda metade do séc. II a.C., permitiu a adopção de certos processos técnicos que se traduziram, de facto, numa padronização morfológica e decorativa das peças. As formas enveredaram, sobretudo, pelos perfis em S e pelo fundo raso. Nas pastas optou-se cada vez mais pelos desgordurantes micáceos. A cozedura ganhou qualidade numa atmosfera oxidante e no plano decorativo passaram a dominar as técnicas de incisão e de estampagem numa superfície alisada ou razoavelmente bem polida. Foi naquela altura que se multiplicaram os grandes vasos de armazenamento (*dolia*), as panelas de suspensão de ir ao lume (panelas de asa interior e panelas de asa em orelha) e as pequenas taças e vasos acampanulados que, entre outras funções, serviam para beber.

Actividade doméstica mais própria de mulher, que profissão propriamente dita, foram a fição e a tecelagem do linho e da lã, cujo gado os moradores do castro apascentavam nas áreas próximas do povoado, sobretudo no vasto planalto que é hoje a freguesia de Vila Chã. Fabricados em materiais perecíveis, os teares, de tipo vertical, desapareceram, tal como os tecidos, mas não os pesos de tear e os cossoiros. Os pesos de tear ou *pondera* não são ainda muito abundantes neste castro, mas são-no os cossoiros (*verticilli*) e como a tecelagem anda associada à fição algo nos diz que era actividade que se fazia em todos os núcleos familiares, como missão primordial e inerente à condição feminina. Os *pondera*, em barro, eram utilizados para conservar em tensão os fios da urdidura no tear vertical. Os cossoiros, que se podem definir como pequenos discos com uma perfuração central destinada a encaixar a parte inferior do fuso, conferiam equilíbrio, já que funcionava como volante durante o movimento rotativo.

Independentemente de ser tarefa feminina ou masculino, é sabido que conheciam o processo de tingir as roupas que vestiam. Estrabão diz textualmente que "*as raízes tintureiras abundavam*" (III, 4, 16) e numa outra passagem afirma que as roupas das mulheres tinham adornos florais. Eram, por assim dizer, vestidos coloridos e vivos, que estavam em oposição aos "*sagos*" masculinos de cor negra feitos em lã.

Um outro trabalho que estaria adstrito às mulheres seria o tratamento das peles dos animais abatidos, fossem eles domésticos ou de caça. Com um tratamento mais sumário ou mais completo seriam, dentro do quadro comercial de então, objecto de troca e usadas no fabrico de vestuário, armas e barcos. Significativa é a informação de Estrabão, para o qual os castrejos, antes da chegada de *Decimus Junius Brutus*, não tinham mais que barcas de couro para navegar nos rios e lagoas do país, situação que mudou pois, como ele o afirma "*porém, hoje, usam barcos feitos de um tronco de árvore, embora o seu uso seja raro*" (III, 3,7). A comprovar esta passagem do texto de Estrabão têm vindo a aparecer barcos feitos ao estilo das pirogas no Rio Lima com datações de carbono 14 que coloca o mais antigo pelo séc. II aC.

## A sociedade

A casa castreja do início do Império e da Romanização é uma unidade de produção e de consumo gerida e usufruída por uma família extensa (*extended family*), formada por vários elementos que estão unidos entre si por laços de sangue. É esta a realidade dos núcleos familiares constituídos por vários edifícios centrados em redor de um espaço lajeado. Antropologicamente podem-se caracterizar como conjuntos formados por *casa-pátio, composta e lacha*, um modelo mediterrânico muito em voga nos castros escavados do Entre-Douro-e-Minho. A atentarmos no texto de Estrabão quando se refere aos cântabros (III, 4, 18) trata-se de uma sociedade em que os filhos, em idade de casar, deixavam a casa paterna com o dote que levavam para a casa do sogro. Trata-se de uma sociedade em que as irmãs dotam os irmãos e que eram aquelas que ficavam com a casa paterna e os campos de cultivo, que elas próprias cultivavam. É uma sociedade que, na sua fase mais antiga, se regia pelos princípios da matrilocidade, situação que mudará com o advento da Romanização, com a chegada de um modelo de sociedade onde a preponderância se centrava em torno dos direitos do pai e da linha masculina, dedutíveis, aliás, em alguns elementos epigráficos da citânia de Briteiros, os quais parecem referir-se ao carácter patrilocal, mais precisamente uxorilocal da *domus* ou unidade doméstica.

Em qualquer um dos modelos apresentados, o papel da mulher foi extremamente importante na sociedade castreja de então. Convirá não esquecer que era por ela que passava a transmissão da herança e do dote e que ela era um dos principais suportes da economia doméstica ao promover os trabalhos agrícolas, a recolha dos frutos e sementes, ao confeccionar os alimentos e o vestuário. Junte-se a coragem, o destemor com que participava em certos eventos militares – *a valentia, não só dos homens, senão também das mulheres* (III, 4, 17) – e o peso que tinha na política de alianças, para se ajuizar do lugar fundamental que tinha na estrutura familiar e social. O casamento, sempre que possível, foi pretexto para unir facções, através dele, adquirir-se prestígio e poder político. Exemplo esclarecedor foi o casamento do grande chefe lusitano Viriato com a filha de um rico latifundiário que dava pelo nome de Astolpas.

Independentemente da importância que a mulher tinha na sociedade castreja, a autoridade política e familiar foi sempre da competência dos homens. Eram eles que assumiam o controle da economia, que lideravam os grupos sociais. Restritos na sua função de *paterfamilia* alargados na sua qualidade de chefes, não raras vezes heroicizado na figura do guerreiro galaico que se colocava na entrada principal do povoado.

Finalmente e como vem sendo notado, os vários grupos familiares organizados em *domus* ou *cognationes*. descendendo de um mesmo antepassado, formaram a primeira unidade supra-familiar com funções específicas: o castro ou *castellum*.

## Religião

Longe do ateísmo relatado por Estrabão – *segundo certos autores, os galaicos são ateus* - os povos castrejos tinham um vasto panteão, onde sobressaíam, divinizados, certos elementos astrais, montes, penedias e a água que fluía das fontes ou que corria nos rios e ribeiros. Culto especial parece ter tido a lua, como astro nocturno, pois em noites de lua cheia, as famílias rendiam-lhe culto, dançando até de madrugada diante das portas de suas casas (III, 4, 17).

Religião de um politeísmo naturalista bem vincado, tinha nos diversos seres, nas forças da natureza e na actividade guerreira a sua máxima expressão. Nesta linha de pensamento a afirmação de Estrabão deverá ser entendida como religião onde não havia representações iconográficas das divindades, com um primitivismo civilizacional e religioso que não se enquadrava nos parâmetros das religiões mediterrânicas, mormente a greco-romana.

Inserido, como estava, na área meridional da Cultura Galaica, é perfeitamente natural que os moradores do castro de S. Lourenço de Vila Chã reverenciassem divindades que seriam comuns à generalidade de povos que ocupavam o território da futura Gallaecia, fossem elas de âmbito mais geral, caso de *Banda*, *Cosus*, *Nabia* ou *Reva*, ou tivessem um carácter mais local. Será também admissível que tais divindades estivessem hierarquizadas e encabeçadas por uma trindade relacionada com a soberania, a força e a fecundidade. O primeiro caso comportaria todos os epítetos que estão relacionados com *Júpiter*, o mais representativo em termos hierárquicos, do panteão romano. No segundo pontificariam as divindades guerreiras, sobretudo as que, com o advento da Romanização, se identificavam ou estavam associadas a *Marte*, o deus romano da guerra.

A importância das divindades da guerra numa sociedade com grande fragmentação social, com hostilidades constantes entre si, estão bem expressas em Estrabão quando refere que sacrificavam a *Ares*, o deus da guerra grego, animais e cativos (III, 3, 7).

Não é todavia líquido que no panteão castrejo só houvesse uma única divindade da guerra. Elas poderiam ser várias, mas mesmo que diversas, o seu número seria sempre reduzido.

Numa função relacionada com a fecundidade está a deusa *Nabia*, uma divindade normalmente entendida como aquática, mas sem esquecer que a água e a fertilidade se irmanam. A sua presença na área galaica está mais que confirmada, já que se sabe estar associada a epítetos de carácter tónico e étnico, situação que ocorre precisamente no topo norte do concelho, ao identificar-se com pequenos cursos de água que hoje dão pelo nome de Neiva e Neboínho. Tal situação repete-se no espaço físico de Bracara Augusta onde uma fonte pública estava consagrada ao deus **Tongoenabiagus**.

Divindade indígena, que não propriamente da região galaica, é a DAEA SANCTA ou ATAECINA, cujo nome apareceu, na década de 60, gravado numa ara de granito do castro de S. Lourenço. No presente está à guarda do Museu Pio XII, em Braga. Já foi objecto de estudos vários, mas também já suscitou acesas polémicas por altura do seu achamento. Apesar de ter sido dedicada a uma divindade indígena, por um tal *ANICIUS*, cujo gentílico, conhecido em Bracara Augusta mostra ser um culto já da Romanização, oriundo da Lusitânia de onde viajou para latitudes mais setentrionais.

O santuário mais famoso desta deusa situava-se na região de Cáceres, mais concretamente em Turobriga, mas o seu culto teve grande expressão na vasta região que se situa entre os rios Tejo e Guadalquivir. *Ataecina* era referida como uma divindade de carácter infernal, mas estava igualmente relacionada com certos aspectos da actividade agrícola, sem esquecer que a deusa costumava ser representada com uma cornucópia, rodeada de frutos e de uma cabra. A sua presença numa região tão distante daquela onde tinha a sua área de influência, poderá ser entendida como resultado da deslocação do ofertante para o povoado da foz do Cávado.

As motivações para uma tal migração poderão ser, obviamente, muitas, sobretudo aquelas que estarão relacionadas com a actividade agrícola. Que a economia do castro estava pujante no momento em que o imperador Octávio César Augusto deu o seu aval para a construção de Bracara Augusta e para a abertura de uma série de estradas, está bem patente nos tesouros monetários encontrados no castro e sobretudo na profunda remodelação urbanística porque o mesmo passou. Por aquela altura os moradores terão incrementado a componente agrícola, desmatando e arroteando os solos mais próximos do castro, mormente os localizados na base poente, aquela que gradualmente se estende até à linha da costa. A pastorícia seria um dos principais vectores da sua actividade económica, sobretudo a dos ovicaprinos que tinham em todo o planalto de Vila Chã óptimas condições de desenvolvimento. Por último, resta-nos a possibilidade do culto a *Ataecina* ter sido difundido e prestado por elementos exógenos que se deslocaram de paragens

mais meridionais na procura de certas matérias-primas, nomeadamente o sal, que se explorava, algo artesanalmente, ao longo da costa entre o Cávado e o Minho.

## Os sinais da Romanização na arquitectura indígena

Na fase terminal da Cultura Castreja, com advento da Romanização, a casa castreja, que aparece já nitidamente organizada por núcleos habitacionais, conserva ainda muito do seu tradicionalismo ancestral, mas ao mesmo tempo mostra-se aberta a uma série de novidades às quais adere facilmente ou resiste consoante as circunstâncias.

Morfologicamente a casa continua a ser redonda durante muito tempo, com o mesmo tipo de entrada, de ventilação e de cobertura cónica. A novidade está no facto das paredes interiores serem agora rebocadas e pintadas a branco-sujo, a amarelo, a vermelho muito carregado, com excepção do rodapé que apresentava, nos casos conhecidos, uma coloração acinzentada. Foi também naquela altura, mais concretamente na segunda metade do séc. I, que apareceram as primeiras habitações circulares exteriormente rebocadas e, ao que parece, também pintadas. Quanto à ventilação esta continuou-se a fazer através de uma porta e de um postigo, que poderia ter como gelosia um tríscolo vasado. É também nesta altura que as paredes exteriores passam a admitir pedras decoradas com os motivos circulares, espiralados e cordiformes como aqueles que decoram os suportes onde giram os gonzos ou os eixos das portadas dos postigos. O piso da casa continuou a ser em barro, só que agora de melhor qualidade. Bem amassado, calcado e endurecido, não raras vezes pela combustão de palhas às quais, propositadamente, se ateou o fogo, atinge espessuras consideráveis, certamente para que a humidade não invadisse um espaço onde se habitava e dormia.

A introdução de espaços, cujos muros eram construídos em linha recta e com ângulos, significa uma mentalidade diferente que emerge, que testemunha novos valores e atitudes, uma nova ordem sobre os auspícios da administração romana. O aparecimento da casa quadrada / rectangular, com a porta em posição lateral e uma cobertura diferente, em duas ou mesmo quatro águas e a lareira remetida para um dos lados e por regra encostada à parede oposta à entrada, demonstra como paulatinamente a sociedade familiar castreja alterou hábitos ancestrais – *comem sentados em bancos construídos em redor das paredes* (Estrabão, III, 3, 7) – e se foi imbuindo de novos actos sociais a que não faltaram laivos de um simbolismo diferente.

A cobertura das casas rectangulares modificou-se, não só morfologicamente, mas também em função dos materiais. Às palhas e talvez giestas que cobriam casas redondas, sucede a telha, de um tipo bem característico – a *tegula* ou telha de rebordo e o *imbrex* ou telha de caleira – com dimensões e características que pressupõem uma nova tecnologia na sua confecção e na construção da armação dos

telhados e das paredes que o suportavam. O uso e divulgação da telha – a *tegula* tem dimensões que rondam 0,40x0,60 m e um peso médio na ordem dos 3/4 kg - originou e divulgou a construção de fornos cerâmicos de tipologia bem diferente daquela a que os povos castrejos estavam habituados e à exploração, mais sistemática e mais intensa, dos barreiros e das lenhas que alimentavam as suas fornalhas. Se situados, por razões de ordem logística, junto das fontes das matérias-primas – barro, lenha e água – obrigaram, por sua vez, ao incremento dos transportes carrários e consequentemente a uma melhoria das vias de comunicação, a que não foi alheia a administração romana com a construção de uma rede de estradas e de pontes, simplesmente notável.

Pelos restos carbonizados encontrados no castro de S. Lourenço, sabemos que a armação dos telhados era feita com recurso à madeira de carvalho cortada em barroteiros mais ou menos regular. Tal apresentação justificou o uso de instrumentos de corte, nomeadamente a serra, o martelo e talvez a plaina, todos em ferro. Devido às suas características é um material de difícil conservação quando jaz em solos de elevado teor de acidez, como são os granitos do Entre-Douro-e-Minho. Entre as muitas escórias, que justificam a existência de forjas e ferreiros e as massas ferrosas, encontradas no castro somente tem sido possível identificar alguns pregos, vestígios prováveis de dobradiças e uma enxada, que apesar de deteriorada, mostra ter uma tipologia análoga à de outros exemplares encontrados em castros da região, com destaque para a “cidade velha” de Santa Luzia.

Muitos são os sinais da Romanização directa e indirecta patentes neste castro. No território circundante arrotearam-se terras agrícolas, incrementou-se a exploração mineira, adoptou-se uma nova postura religiosa, enveredou-se por um urbanismo de tendência ortogonal e o gosto pelas construções com ângulos em esquadria. A influência romana conduziu à adopção de novos hábitos alimentares e de mesa, à divulgação de novos materiais de construção e de novas tecnologias, ao gosto pelas cerâmicas coloridas, pelos recipientes em vidro, pelos adornos. Finalmente a aceitação de moeda facilitou o pagamento de bens e serviços, favoreceu as trocas a longa distância e fomentou o princípio do entesouramento.

## A casa no início da romanização

A influência da cultura romana marcou decisivamente o “*modus vivendi*” das famílias castrejas. Pelos mais diversos motivos os hábitos e os costumes mediterrânicos eram apelativos e acabaram por influir, e muito, na tradicional estratégia da família onde a componente feminina tinha uma forte presença. As mulheres eram peças fundamentais na ordenação do espaço habitacional, na medida em que um grande número de tarefas eram da sua responsabilidade, às quais se juntavam as tarefas tradicionalmente masculinas quando os homens iam para a guerra ou faziam incursões de pilhagem pilhagem.

Entre as muitas inovações que os povos castrejos adoptaram, independentemente do grau de resistência à novidade, estão as modificações introduzidas no modo de cozinhar, na louça que se usava, na divulgação da moeda e no incremento e valorização das trocas comerciais.

## A cozinha

A cozinha castreja esteve, quase sempre confinada ao interior da habitação, apesar de haver em São Lourenço exemplos em que ela foram colocadas em espaços exteriores à casa, resguardados e provavelmente também eles cobertos. Tanto umas como outras estavam inseridas no piso de barro, normalmente com as brasas delimitadas por pedras para que houvesse alguma protecção. Sobre o fogo, directamente assente sobre as brasas ou suspensas de uma cremalheira estavam penduradas as panelas de asa interior e as panelas de asa em orelha. Potes e púcaros, para aquecimento da água ou mesmo para os cozinhados, devido ao fundo plano poderiam ser facilmente acondicionados junto do fogo como o demonstra a fuligem que marca uma parte da a superfície exterior destes vasos.

Com o advento da Romanização esta ancestral rotina alterou-se. A lareira, que continuou a ser parte integrante do piso, foi deslocada para um espaço oposto à porta. Desapareceu a cadeia de suspensão, mas em sua substituição apareceram as trempes em ferro, solução óptima porque a sua forma rectangular e os pés altos permitiam arranjar uma superfície plana e alta sobre o fogo. As panelas e os potes deixaram de estar em contacto directo com as brasas e ganharam outra estabilidade já que as trempes conferiam uma maior segurança.

No domínio dos móveis de cozinha deve ter feito a sua aparição o louceiro, ou seja, uma estrutura de madeira que se cravava na parede e na qual se colocavam os utensílios de cozinha mais usuais, mesmo os potes e as panelas em barro. Uma estrutura destas, de um ambiente cultural do final da romanização, foi documentada no Forte de Lobelhe em Vila Nova de Cerveira. De então para cá este tipo de apetrecho foi peça obrigatória em qualquer cozinha desta região e só desapareceu, muito recentemente, com a recente moda das cozinhas equipadas.

As modificações também atingiram o campo dos recipientes usados no dia a dia.

A escassa oferta indígena conduziu à forte concorrência dos produtos de origem romana, factor que contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das populações que não levantaram obstáculos de maior às inovações. Com isso ganhou a cozinha, que foi brindada com novas formas para cobrir novas soluções e nem todas fabricadas em barro. Peça interessante, que fez uma autêntica revolução na arte de cozinhar e de bem servir, foi o prato, mais largo ou mais fundo, consoante as necessidades. Um utensílio destes, que não havia na cozinha indígena, tor-

nou-se peça fundamental na cozinha de então, até como símbolo da individualização. Quando foi usado como frigideira, é o símbolo de uma até aí desconhecida forma de cozinhar os alimentos entre os indígenas. Até aí eles que eram consumidos crus, cozidos ou assados na brasa, ganharam a concorrência, dos fritos e consequentemente o uso cada vez maiores de ingredientes como as gorduras. As de origem animal, como a banha do porco, evidentemente que as conheciam, mas agora há o azeite, chegado das paragens mediterrânicas em recipientes apropriados: as ânforas.

Divulgaram-se os recipientes feitos em cobre, bronze e vidro, muito usados pelas famílias de maiores posses e sobretudo os recipientes cerâmicos fabricados ao gosto da população romana. As pequenas taças, as copas e os copos acampanulados de tradição indígena vieram-se substituídos por outros de pastas e superfícies mais coloridas ao mesmo tempo que faziam a sua aparição as terrinas, as bilhas, os jarros, os *oinokoés*, os cântaros e as panelas próprias para assentar sobre as trempes com um bordo descaído para exterior, próprio para levar uma testo.

Novidades, houve-as também na dispensa. Aqui, a par dos tradicionais *dolia* castrejos, os vasos de maior envergadura e peso na dispensa, passaram a enfileirar os *dolia* de tipologia romana e as talhas, todos eles recipientes de grande porte destinados ao armazenamento de cereais e, sobretudo, de líquidos.

As novidades, no entanto, não se ficariam unicamente pelo aumento do número de formas e de modelos específicos para determinada função. Elas estão bem patentes na escolha das pastas, mais claras e com tonalidades muito próximas do avermelhado, no tipo de fornos e na temperatura de cozedura, o que aliado às técnicas de tratamento e enobrecimento da superfície exterior – engobe, aguada e pintura – fazia de tais peças algo de cativante, quando em comparação com as soturnas e cinzentas produções castrejas, mesmo quando belissimamente decoradas.

No domínio das cerâmicas uma palavra é ainda necessário para todas aquelas produções, de origem mediterrânica ou peninsular, mas dificilmente oriundas da área de Cultura Castreja. Referimo-nos, muito especificamente, às *sigillatas*, às paredes finas, às “bracarenses” e às cinzentas finas. Todas elas, em maior percentagem umas que outras, estão presentes no castro de S. Lourenço, quase sempre reparando o espaço temporal com as produções mais comuns e menos dispendiosas da família castreja.

As *sigillatas* aparecidas no castro, até ao momento, correspondem a largas dezenas de fragmentos e, salvo um exemplar itálico, todas as demais provêm de *Tritium Magallum*, o que lhe confere um estatuto hispânico. Feitas a molde, em barro de óptima qualidade, bem depurado, são das a formas mais típicas e comuns desta louça de luxo. O destaque vai para os pratos (Drag. 15/17 e 18), para as pequenas taças (Drag. 24/25 e 27), quase sempre lisas e para as tigelas das formas Drag. 29

e 37, ambas profusamente decoradas. No que diz respeito ás cronologias, estas situam-se maioritariamente entre meados do séc. I e a II, mas convirá admitir que nas Drag. 37 há uma série delas cuja produção se estendeu para lá do séc. IV.

Produções de uma certa qualidade morfológica e técnica são as paredes finas, as cinzentas finas e as ditas bracarenses. As paredes finas, com aplicações de barbotina, são oriundas da região de Mérida e tiveram uma boa aceitação, ao longo do séc. I, em quase todos os castros que conheceram os defeitos e as virtudes da Romanização. Tal como as “bracarenses”, um tipo de fabrico cujas afinidades com o grupo anterior está mais que comprovado, elas aparecem a colorir o ambiente de um habitat que havia estado séculos amarrado a um tradicionalismo de difícil evolução no contexto da sociedade de então.

A revolução no campo da produção cerâmica não se ficou pela inovação das formas, pela inovação nos acabamentos, elas estenderam-se aos materiais de construção, sobretudo às telhas de cobertura, pois no domínio dos tijolos e da tijoleira para arcos e pavimentos o seu uso nos castros foi muito restrito por força de um tradicionalismo arquitectónico baseado na pedra, neste caso no granito, material que abundava no interior do próprio povoado.

As novidades chegaram igualmente ao campo da iluminação. Usando métodos pouco conhecidos, mas que não andariam longe da fogueira, dos archotes embebidos em gordura animal que também seria usada em recipientes que tipologicamente desconhecemos, porque os povos castrejos não dispunham de uma forma cerâmica ou afim destinada ao uso exclusivo da iluminação. Só com os romanos é que passaram a adoptar as suas candeias ou *lucernas*, importadas de centros oleiros que fabricavam produtos de qualidade como é o caso do exemplar do castro de São Lourenço.

As novidades não se ficaram por aqui. Há que lembrar que uma variedade de recipientes feitos em vidro também fizeram aqui a sua aparição. Ao longo da influência romana no castro, as famílias que aqui moravam foram adquirindo pequenos vasos feitos em vidro, nomeadamente pequenas taças em tons de verde azeitona, bordo em forma de cabeça de fósforo e decoração estriada no exterior. Estas são as peças que se multiplicaram na fase terminal da romanização do castro, mas no séc. I já havia quem comprasse destes produtos consoante o comprovam restos de algumas taças gomadas e mesmo de garrafas de forma quadrangular.

## As ânforas

Importante, sem dúvida, foi a divulgação das ânforas que transportavam vinho, azeite, garum e outros produtos de conserva. A sua presença no castro é decisiva para nos apercebermos de alguns dos mecanismos comerciais então em vigor, da origem de certos abastecimentos e da facilidade com que uma sociedade tão

estratificada e parada no tempo reagiu à novidade e, sobretudo, aos benefícios que lhe advinham com a aceitação de certos e determinados modelos civilizacionais.

Entre as largas centenas de fragmentos recolhidos nos diversos sectores do castro tem-se vindo a identificar diferentes tipologias de ânfora, as quais, em certa medida, também correspondem a diferentes fabricos e origens. A mais antiga é uma Maña A4 de origem única pois a sua cronologia costuma ser apresentada entre o séc. VI e o começo do II aC. A longevidade desta forma leva-nos a perguntar se a sua chegada ao castro não será coincidente com a cratera grega cuja datação oscila entre o séc. 400 e 375 aC ? Não se sabe, ao certo o que transportava, mas não nos admiraríamos que fosse vinho mediterrânico. Segue-se uma outra Maña, a C2B ou seja a antiga Dressel 18. De origem néo-púnica, mas também designada por ibero-púnica, transportava produtos piscícolas e é claramente uma peça cujo fabrico é anterior ao câmbio da Era: final do séc. III ao final do séc. I aC.

Em certa medida contemporânea da anterior, é um fragmento de uma ânfora tardo-republicana que transportava produtos piscícolas do sul da Península Ibérica. A sua produção não é anterior a 50 aC e comercializava-se no reinado de Augusto.

A maioria dos fabricos anfóricos do castro de São Lourenço provêm da Bética, mas também os há oriundos de Rodes e da Gália.

A única "Ródia" até ao momento descoberta em São Lourenço data do Alto Império, já que tem uma cronologia que oscila entre o câmbio da Era e meados do séc II. Sabe-se que transportava vinho, mas também podia conter mel ou figos. Da zona meridional da Gália vieram as Gauloise 1, 3, 4 e 6. São produções que, genericamente se situam entre o séc. I e o III e transportavam vinho os seus derivados da Gália mediterrânica.

O grosso dos fragmentos anfóricos deste castro pertencem a fabricos hispânicos, nomeadamente os tarraconenses e béticos. Da primeira ou seja da região de Laietânia (Catalunha) provêm as Pascual 1 que eram contentores apropriados para o transporte de vinho da Catalunha durante o séc. I. Do mesmo sítio vem a Dressel 2-4. Tem cronologia e função análoga à anterior ou seja, o transporte de vinho.

A maioria dos fragmentos deste grupo provem de fabricos béticos. As formas mais comuns e referenciadas são as Haltern 70, as Dressel 7-11 e em menor proporção as Dressel 10, Dressel 14 A-B, Dressel 20 e Dressel 23. A maioria destas formas serviu para transportar vinho bético, mas dá-se o caso da Dressel 7-11, a segunda mais comum no castro, preferencialmente transportar *garum* ou seus derivados ou seja pasta de peixe preparada de diversas maneiras.

A forma de mais evidência neste povoado é, de longe, a Haltern 70. Trata-se de uma ânfora vinária com origem na Bética, mas que teve larga aceitação na Lusitânia. Sendo um produto típico do I – a sua produção recua até meados do séc. I aC e não ultrapassa a dinastia dos Flávios - tornou-se no verdadeiro símbolo

da exportação mediterrânico para estas paragens já que ela está praticamente presente em todos os povoados indígenas que eram habitados nesta altura.

## - Um pequeno castelo medieval

A presença humana na área do casto ao longo das monarquias sueva e visigótica está mal documentada, mas não junto da igreja de Santa Marinha de Forjães ou na Agra do Relógio em São Paio de Antas. Menos sabemos ainda do que por aqui se passou durante a invasão e domínio muçulmano. A única certeza que temos é que num momento ainda não determinado da Reconquista Cristã, possivelmente já no séc. X, acompanhando os esforços dos cristãos ástures-leoneses, as populações dispersas pelo espaço envolvente serviram-se dos escombros do antigo castro como refúgio.

A adaptação do castro a castelo foi facilmente conseguido, porque o circuito das muralhas castrejas ainda estava visível e havia muita pedra disponível. De acordo com a filosofia militar de então, a antiga acrópole foi transformada em recinto, o mais inexpugnável possível. A mole granítica que enforma o ponto mais alto do castro, foi criteriosamente desbastada de modo a conseguir-se uma plataforma subcircular à qual só era possível chegar-se pelo lado do mar. Foi desse lado que foi levantada uma muralha em pedra, que recentemente restauramos para que os visitantes percebam a razão da sua existência e a função que havia desempenhado naquela altura. No seu interior era possível ter um pequeno destacamento militar capaz de vigiar a costa e de o defender e em caso de necessidade resguardar uma pequena parcela da população civil.

À imagem de outros sítios, como o castelo de Faria e o castelo de Neiva, o pequeno castelo medieval foi dotado de uma segunda linha de muralha, esta mais ampla e que decalca a antiga muralha castrejo-romana. As intervenções arqueológicas que sistematicamente têm vindo a ser feitas ali nos últimos anos permitiram descobrir uma série de três muralhas que praticamente se sobrepõem. As mais antigas são da Idade do Ferro e do início da Romanização do castro, mas a mais recente é claramente medieval e contemporânea daquela que acabou por cercar, defensivamente, a acrópole. Se uma tinha sentido militar, a segunda acabou por funcionar como recinto onde a população podia recolher animais de pastoreio e de trabalho e outros bens de primeira necessidade, sempre que a região se via assolada por três dos maiores perigos de então: algaras mouriscas vindas de sul, razias cristãs vindas de norte e pilhagens dos normandos ou vikings que a partir dos séc. IX começaram a visitar a costa norte de Portugal.

Pelas cerâmicas encontradas, sobretudo no interior do antigo recinto da acrópole, não há dúvida que a adaptação de uma parte do castro a castelo, aconteceu com a Reconquista e coabitou com o começo da nacionalidade portuguesa. Pelo séc. XIV, já sem préstimo, cedeu o lugar à capela de invocação a São Lourenço.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de - *Proto-história e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Estudos regionais, Nº especial 7/8, Viana do Castelo, 1990.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cavado e o Minho*, Vila Nova de Cerveira, 2003.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Vias Medievais – I – Entre-Douro-e-Minho*, dissertação de licenciatura dactilografada, FLUP, Porto, 1968.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*, Dissertação Complementar de Doutoramento, FLUP, Porto, 1978.
- MACIEL, Tarcísio – *O Povoamento Proto-Histórico do Vale do Neiva*, Associação Rio Neiva, Viana do Castelo, 2003.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da – *A Cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986.

